



Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI

ANÁLISE

Análise nº 1/2020/SEDI-CONSIC

ANÁLISE E JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

ANÁLISE Nº 1/2020/SEDI-CONSIC

Processo nº 0041.061150/2017-60

Referência: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2018/CEL/SUPEL/RO

Objeto: Doação com encargo de áreas do Distrito Industrial tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico do estado de Rondônia, atrair investimentos, criar e consolidar novos negócios, contribuindo para a geração de emprego e renda e a diversificação e ampliação do valor adicionado à economia, observando-se o disposto no art. 17, §4º da Lei n. 8.666/93, que prevê a dispensabilidade de licitação em caso de interesse público devidamente justificado.

Recorrentes: CASTILHO E FERREIRA COM. IMP EXP LTDA e SILVA CORREIA DA COSTA LTDA

I – DOS FATOS

Trata-se da análise de recurso administrativo interposto tempestivamente pelas Empresas **CASTILHO E FERREIRA COM. IMP EXP LTDA** (0013736963) e **SILVA CORREIA DA COSTA LTDA** (0013763016), referente ao resultado do julgamento das propostas e documentos de habilitação.

Impõe-se esclarecer que o recurso em licitação pública é peça de necessário controle administrativo, em que a licitante que teve seu direito ou pretensão, em tese, prejudicado, tem a oportunidade de desafiar a decisão que lhe é desfavorável, com vistas à reconsideração do poder público.

II - DOS RECURSOS

A par disso as licitantes **CASTILHO E FERREIRA COM. IMP EXP LTDA** e **SILVA CORREIA DA COSTA LTDA** apresentaram recurso e pedido de consideração referente ao resultado do julgamento das propostas e documentos de habilitação, alegando, em breve síntese:

Alegações da Empresa **CASTILHO E FERREIRA COM. IMP EXP LTDA**

a) A empresa não concorda com o resultado, com a análise e as alegações apresentadas pelos julgadores na eliminação da empresa alegando que a mesma não cumpriu com os itens solicitados através do Edital de Chamamento Público nº 001/2018/CEL/SUPEL/RO, Item 7, especialmente as letras "e", "q", "r", "s" e "t" levando em consideração o item 5.5 do edital, transcritos a seguir:

"Item 7, letra "e" — comprovante de integralização do capital social, a empresa apresentou seu contrato social consolidado da matriz e filial, devidamente registrado na Junta Comercial onde comprova a integralização do Capital Social.

Item 7, letra "q" — Declaração de pleno conhecimento da área do Distrito Industrial, sua localização e possibilidade físicas operacionais, assinada pelo representante da empresa interessada. O contestante tem pleno conhecimento da área do Distrito Industrial e sua localização inclusive foi feito um layout de todos os terrenos que possibilitavam a construção do empreendimento.

Item 7 letra "r" — Declaração expressa do responsável pela empresa interessada de que tanto a empresa quanto o declarante não foram declarados inidôneos para licitarem ou contratarem com poder público, nos Termos do Art. 87, Inciso IV, da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações. A empresa apresentou todas as certidões requeridas.

Item 7, letra "s" — Declaração do proprietário ou sócios da empresa de que não são sócios de pessoa jurídica em processo de concordata ou falência Os sócios não participam de outras empresas, foi apresentado uma certidão de falência e concordata dos sócios.

Item7, letra "t" - Carta de credenciamento de responsável da empresa perante o processo de seleção das empresas interessadas, conforme modelo do anexo V, desde Edital: Esse item nos faltou orientação , porque no entendimento da empresa o credenciamento seria o protocolo do pedido no dia do certame."

b) A empresa alega ainda quanto à ausência de critérios utilizados na análise dos documentos apresentados por parte dos julgadores que justificaria a eliminação da empresa no processo certame. Segundo a empresa, a mesma fez a juntada de todos os documentos citados no Item 7.

c) Por fim, relata que não foi levado em conta a necessidade e a viabilidade do empreendimento, o impacto na economia mundial diante da pandemia, bem como a melhoria da cadeia produtiva do peixe.

Alegações da Empresa **SILVA CORREIA DA COSTA LTDA**

A empresa não apresenta alegações, e sim, pedido de consideração do pleito solicitado para habilitação da proposta após atendimento das pendências apontadas no item 7, letras, "e", "l" e "t", listadas a seguir:

- Contrato Social da empresa com capital social integralizado;
- Anexo X do edital assinado pelo representante legal; e
- Documentos pessoais dos sócios, especialmente RG, CPF, Certidão de casamento e Comprovante de residência.

III - DA ANÁLISE

Empresa **CASTILHO E FERREIRA COM. IMP EXP LTDA**

O primeiro argumento trazido à baila pela recorrente cinge-se ao fato, da alegação, de que a mesma comprova a integralização do capital social através do contrato social consolidado.

Na verificação da proposta da empresa, comprova-se os argumentos da recorrente, uma vez que a mesma apresentou contrato social consolidado da matriz e filial, devidamente registrado na Junta Comercial onde se comprova a integralização do Capital Social.

Neste passo, fica evidenciado o cumprimento da obrigação referente à letra “e” do item 7. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO do Edital.

Quanto às alegações referentes às letras “q”, “r”, “s” e “t”, ambos os documentos foram disponibilizados como anexo do Edital, bastando que a empresa interessada imprimisse, preenchesse e assinasse os documentos identificados conforme segue:

Anexo VII do Edital – Modelo de Declaração Visita Técnica (corresponde à letra “q”);

Anexo VIII do Edital – Modelo de Declaração Inidôneos (corresponde à letra “r”)

Anexo IX do Edital – Modelo de Declaração não Concordata ou Falência (corresponde à letra “s”).

Anexo XI do Edital – Carta de Credenciamento (corresponde à letra “t”).

Desse modo, em cumprimento às regras estabelecidas no Edital, especialmente ao item 5.5, **o não cumprimento dos prazos e formas estabelecidos no Edital Chamamento Público nº 001/2018/CEL/SUPEL/RO, bem como a ausência de quaisquer documentos nele solicitados acarreta na eliminação da entidade participante da seleção.**

As alegações quanto à ausência de critérios utilizados na decisão do julgamento apresentado pelos julgadores, esclarecemos que os critérios utilizados foram os estabelecidos no Edital, item 8. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA.

Prosseguindo, convém esclarecer que no que se refere aos aspectos econômicos e sociais, quanto a necessidade e a viabilidade do empreendimento, o impacto na economia mundial diante da pandemia, bem como a melhoria da cadeia produtiva do peixe, esta Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura (SEDI), vem buscando implementar políticas públicas que fomentem o desenvolvimento econômico e social os diversos segmentos da economia rondoniense, a exemplo, a concessão de áreas no Distrito Industrial de Porto Velho, respeitando às normas estabelecidas em editais próprios, assegurando a ampla concorrência e garantindo a tratamento isonômico a todos os participantes do processo licitatório.

Desse modo, esta Superintendência, por meio da Coordenadoria Consultiva de Indústria e Comércio (CONSIC) busca sempre cumprir com às regras estabelecidas, neste caso, o Edital Chamamento Público nº 001/2018/CEL/SUPEL/RO.

Empresa SILVA CORREIA DA COSTA LTDA

A empresa não apresenta recursos, e sim, pedido de consideração do pleito solicitado após atendimento das pendências que foram apontadas no Resultado do Julgamento dos Documentos de Habilitação e Proposta.

Em análise à solicitação, verificou-se que a recorrente já havia apresentado contrato social consolidado devidamente registrado na Junta Comercial onde se comprova a integralização do Capital Social, ficando evidenciado o cumprimento da obrigação referente à letra “e” do item 7. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO do Edital.

Quanto à documentação referente às letras “l” e “t”, sendo respectivamente: letra l) Documentos pessoais dos sócios, especialmente RG, CPF e comprovante de residência; e letra t) Carta de credenciamento de responsável da empresa perante o processo de seleção das empresas interessadas, ambos os documentos não foram entregues no ato da apresentação da proposta.

Desse modo, em cumprimento às regras estabelecidas no Edital, especialmente ao item 5.5, **o não cumprimento dos prazos e formas estabelecidos no Edital Chamamento Público nº 001/2018/CEL/SUPEL/RO, bem como a ausência de quaisquer documentos nele solicitados acarreta na eliminação da entidade participante da seleção.**

IV – CONCLUSÃO

Concluimos que as razões de recorrer apresentadas não se mostraram suficientes para habilitar as Recorrentes, mesmo reconhecendo que ambas cumpriram com a exigência relativa à letra “e” do item 7. **DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO** do Edital.

No Edital não há previsão editalícia que permita a apresentação de documentação fora dos prazos ali previstos, bem como não há previsão de prorrogação para apresentação da documentação. E em razão da vinculação ao instrumento convocatório, tanto a proponente como a Administração se vincula aos termos do Edital, não havendo que se falar em margem de discricionariedade que possa beneficiar alguns proponentes em detrimento de outros.

Aceitar a apresentação dos documentos fora do prazo seria beneficiar indevidamente as recorrentes, desrespeitando as outras proponentes que cumpriram as condições nos prazos estabelecidos, bem como a violação ao princípio da isonomia em razão da entrega intempestiva de documentos.

V – DECISÃO

Por todo o exposto, julgamos PARCIALMENTE PROCEDENTE os recursos interposto pelas empresas **CASTILHO E FERREIRA COM. IMP EXP LTDA** e **SILVA CORREIA DA COSTA LTDA**, o que não altera o resultado anteriormente apresentado, mantendo a decisão final do processo licitatório que pugnou pela eliminação das mesmas do presente certame.

Por fim, após reconhecimento do cumprimento da obrigação contida no item 7, letra “e” do Edital, por ambas as empresas, MANTEMOS a mesma classificação das licitantes anunciadas na **2ª - ATA DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES I E II (PROPOSTA E HABILITAÇÃO) - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018/SEDI**, restando o resultado assim definido:

- Empresa **CASTILHO E FERREIRA COM. IMP EXP LTDA**: Foi apresentado os Documentos de Habilitação e Proposta, compreendendo a Quadra 02, lotes 01 e 02, Quadra 07, lotes 02, 03, 04 e 05 e Quadra 08, lote 07. Posto isso, na análise dos documentos de habilitação, foi identificado o não cumprimento de todos os itens solicitados através do Edital de Chamamento Público, Sei nº 10180980, item 7, especialmente as letras, "q", "r", "s" e "t". Portanto, levando em consideração o item 5.5 do Edital, enseja a eliminação da referida empresa do presente certame.
- Empresa **SILVA CORREIA DA COSTA LTDA**: Foi apresentado os Documentos de Habilitação e Proposta, compreendendo a Quadra 02, lote 01. Ao se analisar a documentação da empresa, foi visualizado que esta não apresentou os documentos em conformidade com o Edital de Chamamento Público, Sei nº 10180980, item 7, especialmente as letras, "l" e "t". Portanto, levando em consideração o item 5.5 do Edital, enseja a eliminação da referida empresa do presente certame.
- Empresa **URBAN – COMÉRCIO DE MÓVEIS E SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**: Foi apresentado os Documentos de Habilitação e Proposta, compreendendo a Quadra 07, lotes 02, 04 e 05. Assim, com base no item 8 do Edital de Chamamento Público (10180980), a empresa foi considerada vencedora da área localizada na Quadra 07, lote 02, com pontuação de 202,06.

Porto Velho (RO), 24 de novembro de 2020.

ELEIDA RAMOS NOGUEIRA
Gerente de Incentivos Fiscais
Coordenadoria Consultiva de Indústria e Comércio
CONSIC-SEDI

De acordo:

AVENILSON GOMES DA TRINDADE
Coordenador Consultivo de Indústria e Comércio
CONSIC-SEDI



Documento assinado eletronicamente por **Avenilson Gomes da Trindade, Coordenador(a)**, em 24/11/2020, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eleida Ramos Nogueira, Gerente**, em 24/11/2020, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0014330191** e o código CRC **EBBDC45C**.

Referência: Caso responda esta Análise, indicar expressamente o Processo nº 0041.061150/2017-60

SEI nº 0014330191